

José Veiga Simão

por Teresa Peña, Conceição Abreu e Gonçalo Figueira (fotografias)

Neste número publica-se a 1ª parte da entrevista abrangendo o percurso de J. Veiga Simão em Coimbra, Cambridge e Lourenço Marques. A 2ª parte diz respeito ao seu percurso entre 1970 e 2011.

Parte I – Cambridge

Obteve o seu *Ph.D.* na área de Física em Cambridge no ano de 1957. O que é que nessa altura, ou mesmo ainda mais cedo, o levou à decisão de fazer um doutoramento em Física?

O meu percurso académico foi determinado pelas circunstâncias da vida e por uma ambição legítima de saber e de fazer. Os meus pais sacrificaram uma vida tranquila, em prol da educação dos filhos. Essa circunstância pesou na escolha do 7º ano dos liceus entre letras e ciências e determinou a minha matrícula na Universidade de Coimbra em preparatórios militares. A razão foi a de libertar a família de encargos, e, assim, após concluir o 1º ano da Faculdade de Ciências e um serviço militar obrigatório de seis semanas em Mafra, aos 18 anos, poder ser candidato à entrada na Escola do Exército. Com excelentes notas nas disciplinas do 1º ano e com boas provas físicas, a miopia impediu a minha entrada em Infantaria. Regressei a Coimbra para os preparatórios de Engenharia. A minha vocação não era, nem nunca foi, ser militar. Foi possível ultrapassar as dificuldades económicas com bolsas de estudo, com sebatas e com explicações. Ao completar os preparatórios de Engenharia sou convidado para prosseguir a carreira académica, vindo a concluir em 1951 a licenciatura em Ciências Físico-Químicas. Ao analisarem-se as notas dos exames constantes da minha caderneta escolar do liceu e as registadas na universidade verifica-se que as *matemáticas* e as *físicas* figuram entre as disciplinas predilectas. Curiosamente, para mim, a Matemática tinha nas Humanidades a contrapartida do Latim, enquanto que a Física tinha fronteiras sedutoras com a Filosofia. No primeiro ano da Universidade, Mário Silva foi meu professor de Física Geral, desafiando-me para a compreensão dos fundamentos e das consequên-

cias da teoria da relatividade, o que me obrigou a estudos muito para além das aulas. A leitura do Sr. Tompkins no País das Maravilhas colocava problemas para além da Ciência. Mário Silva foi afastado por razões políticas, provocando a revolta dos seus alunos.

Mais tarde os professores João Almeida Santos na Física e Couceiro da Costa na Química atraem-me para a Mecânica Quântica. Em fins de 1951 sou contratado como assistente de Física. Em 1952 é constituída a Comissão de Estudos de Energia Nuclear no âmbito do Instituto de Alta Cultura e, logo de seguida, são criados em Coimbra os Centros de Estudo de Física e de Química Nucleares. Um dos meus primeiros trabalhos em que colaborei incide sobre a medição da radioactividade das folhas de eucalipto colhidas na Urgeiriça.

O Cavendish Laboratory da Universidade de Cambridge, com uma história sem igual na descoberta e na inovação em Física, exerceu sobre mim uma atracção sem limites. Ao seleccionar para tema da minha tese a estrutura da matéria e após uma interessante experiência sobre emulsões nucleares, a minha ambição fixou-se em ser admitido como candidato a doutoramento, naquele Laboratório, sob proposta do Prof. João de Almeida Santos, o que aconteceu

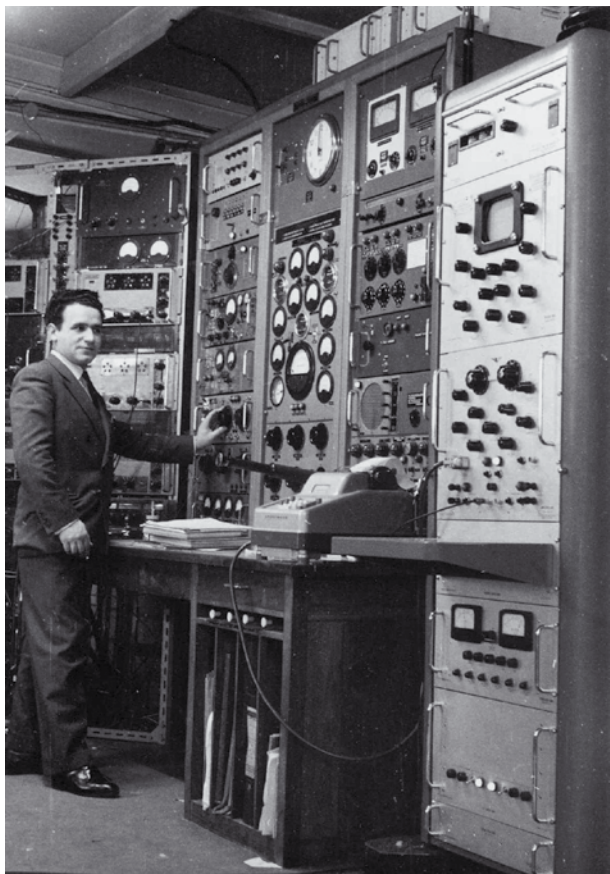


Os problemas da origem do universo, da estrutura da matéria, da entropia e morte do universo, para além da origem da vida, figuraram entre as minhas preocupações.

em Setembro de 1953.

Após seis meses de “provação” sou integrado na equipa do acelerador Van-de-Graaff, dedicando-me ao estudo da estrutura do núcleo atómico. Em princípio de 1957 obtive o grau de *Ph.D.* com uma tese, mista de teoria e de prática experimental, com o título de “Nuclear Reactions on Light Nuclei – experimental analysis and theoretical interpretation on the basis of nuclear models”. Uma importante lição a tirar do meu doutoramento foi a de constatar que a minha preparação na área das matemáticas e física teórica era superior à dos meus colegas ingleses, ao contrário da preparação experimental. Para compensar este desequilíbrio trabalhei um semestre nas oficinas do Cavendish, concebendo e construindo equipamentos para as minhas futuras experiências, os quais seriam articulados com o acelerador Van-de-Graaff. Fiquei a saber, para a vida inteira, que uma Universidade sem oficinas técnicas e culturais não era Universidade.

Esse doutoramento não era, ao tempo, válido em Portugal, pelo que realizei novas experiências e preparei uma tese sobre o mesmo tema, mas incidindo



A trabalhar no acelerador Van-de-Graaff em Cambridge. *Cortesia J. Veiga Simão.*

em núcleos atómicos diferentes, o que me permitiu avançar com novas concepções sobre o modelo de organização do núcleo atómico. Concluí em fins de 1957 o meu doutoramento, agora em Ciências Físico-Químicas, na Universidade de Coimbra.

O reconhecimento de doutoramentos no estrangeiro e a natureza das provas exigidas para o doutoramento foram alteradas em 1970. Seria interessante, analisar os conteúdos e as exigências desses doutoramentos e os dos que hoje se realizam, procedendo a análises comparativas a nível europeu e mundial.

Em todo este percurso os problemas da origem do universo, da estrutura da matéria, da entropia e morte do universo, para além da origem da vida, figuraram entre as minhas preocupações em estudos, em tertúlias académicas e em conversas com mestres do pensamento mais velhos que eu, junto ao Parque à beira do Rio Mondego. Recordo a tertúlia do Arcádia com Guilherme de Oliveira, Miguel Torga, Afonso Queiró, Anselmo de Castro, Dias de Oliveira, a qual me abriu novos horizontes. A curiosidade interdisciplinar passou a comandar as minhas preocupações científicas e sociais.

Numa intervenção na Academia de Ciências já no fim dos anos 80 referi que um ensinamento a retirar é o de que as ciências nucleares foram (e são) uma etapa no caminho da unidade da Ciência. E não foi por acaso que em 1958 publiquei na *Revista Humanitas* um artigo: “A Física Atómica e os Gregos”.

Qual era nesse tempo a percepção geral, e a sua própria percepção, sobre a ciência em Portugal?

Os saneamentos nos anos quarenta, após o fim da II Grande Guerra, de professores universitários de grande mérito, nos quais se depositava esperança para a criação de “escolas de modernidade”, atingiram alguns físicos de entre os quais Mário Silva e Valadares, o que foi causa de retrocessos na investigação universitária.

Nos anos 50 houve um certo despertar para a importância da ciência no desenvolvimento do nosso País. Como referi houve uma aposta com significativa dimensão, para o tempo, em recursos humanos e materiais nas designadas ciências nucleares sob a liderança da Comissão de Estudos de Energia Nuclear. Esse movimento foi complementado com a criação da Junta de Energia Nuclear, em 1954. Recordo, igualmente, que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil sofreu a partir de 1954 um vigoroso impulso com um novo director, o Eng.º Manuel Rocha.

A dinamização dos estudos de ciências nucleares abrangeu as Universidades de Coimbra, de Lisboa, Técnica de Lisboa e do Porto e, bem assim, o Instituto Português de Oncologia tendo sido criados centros de estudo consagrados à investigação científica pura e aplicada. Algumas publicações da Comissão de Estudos e desses Centros dão conta das actividades desenvolvidas.

Nos anos 50 houve um certo despertar para a importância da ciência no desenvolvimento do nosso País.

Um problema evidente e de difícil solução, o qual se veio a agravar por décadas nas nossas universidades, resultou da falta de programações estratégicas a nível institucional e a nível nacional.

Por outro lado a Fundação Calouste Gulbenkian, criada em 1956, iniciou acções de apoio à investigação científica, altamente meritórias. Por exemplo, o Centro de Estudos de Física Nuclear de Coimbra beneficiou de um vultoso investimento que o colocou na vanguarda das técnicas de detecção e medida das radiações.

Na entrevista que tive o prazer de dar à *Gazeta de Física* em 2003¹ faço breves considerações sobre o meu pensamento nessa altura. É justo mencionar que a *Gazeta de Física*, em 1978, publicou um interessante artigo de Bragança Gil, Sousa Lopes, Laranjeiro e Mendes Victor e que, no mesmo número, Frederico de Carvalho, Carvalho Rodrigues e José Salgado descreveram, baseados na sua experiência, um útil artigo acerca da “Ligação da Física às Actividades Produtivas”².

Mas para transmitir uma ideia mais precisa da evolução em Portugal da investigação científica em Física é essencial consultar as revistas científicas das universidades do Porto, Coimbra, Aveiro e Minho e as publicações da JNICT sobre “Recursos em Ciência e Tecnologia”.

De qualquer modo ouso sugerir que a *Gazeta de Física* se poderia candidatar a financiamentos comunitários ou fundacionais para a elaboração e publicação de um “Livro Branco” sobre a evolução do ensino e da investigação em Física no nosso País e relacioná-la com as matrizes do nosso desenvolvimento científico, cultural e económico. Existem apenas visões parcelares, umas vezes minimalistas outras vezes panegíricas.

Qual era a sua perspectiva para o desenvolvimento da Física para a 2.ª parte do século XX, quando acabou o doutoramento?

A minha perspectiva para o desenvolvimento da Física para a segunda parte do século XX, ou seja, a que tinha após o meu doutoramento, foi influenciada por reflexões derivadas da minha estadia em Cambridge, pelo conhecimento resultante de conferências e colóquios internacionais e da consequente troca de ideias e por análises comparativas que me eram facilitadas pelo conhecimento das actividades de vários centros de física na Europa e, naturalmente, pelo acompanhamento da literatura científica, só possível pela excelente biblioteca do Laboratório de Física da Universidade de Coimbra. Nessas reflexões havia um misto de utopias e de realidades, algumas amargas.

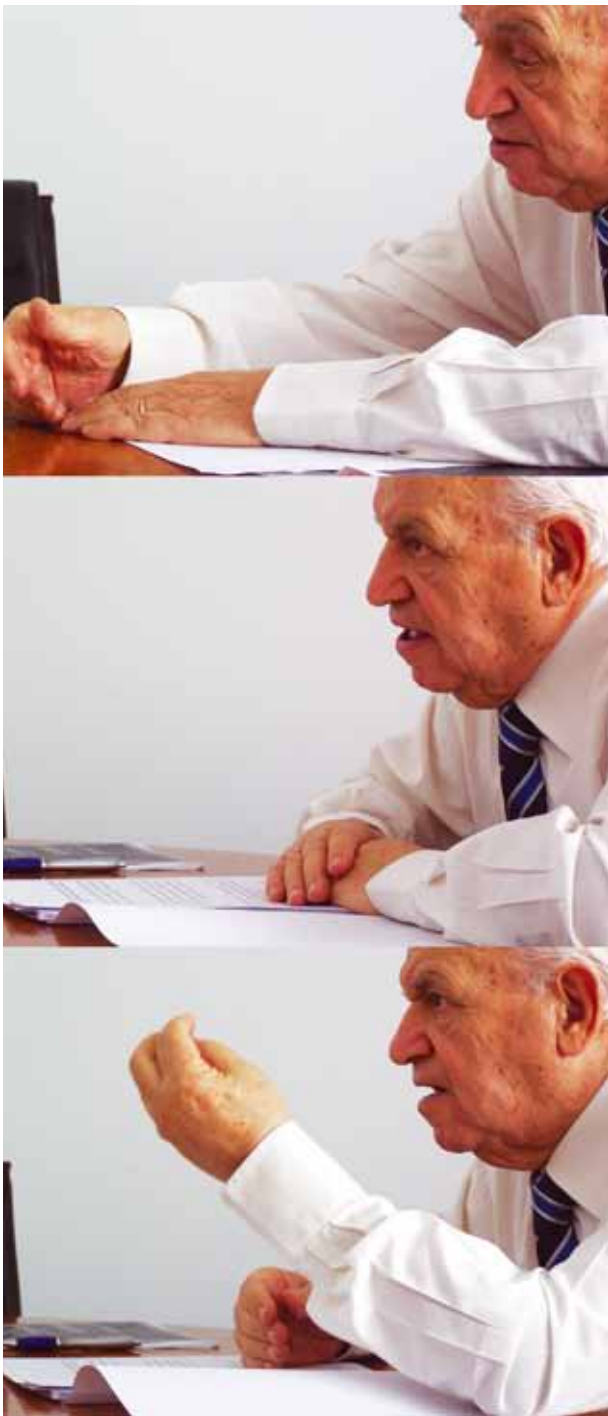
¹ N. ed. - Carlos Pessoa, “Subalternizar a Física e a química significaria que nos atrasariamos mais uma década” - Entrevista com José Veiga Simão, Professor de Física, investigador e político, *Gaz. Fis.* 26(2-3), 40 (Jul. 2003).

² N. ed. - F. Bragança Gil, J. Sousa Lopes, M. Laranjeira e L. Mendes-Victor, “A situação da investigação em Física em Portugal”; F. Carvalho, F. Carvalho Rodrigues e José Salgado, “A ligação da Física às actividades produtivas”, *Gaz. Fis.* 6(2) (Abr. 1978).

Impunha-se a reformulação dos planos curriculares, demasiado rígidos, o que veio a acontecer em 1971 (...) Este percurso embrionário veio a ser abandonado na segunda metade dos anos 70, numa amálgama de utopias, incompreensões e voluntarismos.

Desde logo, um problema evidente e de difícil solução, o qual se veio a agravar por décadas nas nossas universidades, resultou da falta de programações estratégicas a nível institucional e a nível nacional e do respectivo enquadramento no desenvolvimento prospectivo do nosso País. Por isso a ambição de muitos investigadores era, com naturalidade, institucionalizar e expandir *in loco* projectos de I&D, em tudo similares aos que levaram a cabo em universidades ou centros estrangeiros. Esta filosofia era mesmo patente na escolha das universidades estrangeiras no início das bolsas, o que criava dificuldades futuras na constituição de equipas de investigação com dimensões críticas. Este problema veio, aliás, a ser agravado pelo facto da expansão das universidades e de instituições politécnicas, ter prosseguido um rumo dominado por “igualdades irracionais”, sem se cuidar de uma planificação dos cursos a ministrar e da definição de prioridades em investigação, desenvolvimento e demonstração, associadas a estratégias de desenvolvimento global e regional.

No caso das “ciências nucleares” recordo-me que em 1958 se realizou um debate entre a JEN e as universidades com o fim de coordenar as suas actividades e rentabilizar os recursos humanos e materiais, perante desafios internacionais... Os resultados não foram brilhantes. Em 1960 publiquei no Centro de Estudos de Coimbra “O Plano de Investigação Científica do Laboratório de Física da Universidade de Coimbra: A Estrutura do Núcleo”. Por outro lado, as oportunidades de aplicações da investigação em Física nas empresas e serviços em áreas relacionadas com a medida da qualidade, os novos materiais, a óptica electrónica, o ambiente, o desenvolvimento do software, a medicina nuclear e as tecnologias de informação em geral, tinham nessa altura correspondência limitada de natureza empresarial ou institucional. Impunha-se a reformulação dos planos curriculares, demasiado rígidos, o que veio a acontecer em 1971 e a selecção criteriosa de áreas prioritárias para definir opções disciplinares. Neste percurso é de realçar a constituição do complexo interdisciplinar e institucional da Comissão de Estudos de Energia Nuclear, funcionando junto do Instituto Superior Técnico, o qual integrava o Laboratório Gulbenkian de Espectrometria de Massa e Física Molecular, o Centro de Estudos de Electrónica, o Centro de Estudos de Química-Física Molecular, o Centro de Estudos de Química Nuclear e o Núcleo de Estudos e Construção de Aparelhagem Científi-



ca. Outros centros de estudos e de aplicações de radioisótopos (cerca de duas dezenas) fortaleceram-se noutras universidades na Matemática, na Física, na Química, na Agronomia, Engenharia, na Medicina e, bem assim, no IPO.

Permito-me, ainda, referir um documento elaborado no Secretariado da Reforma Educativa, em 1971, o qual reproduz um estudo exaustivo da situação da investigação científica e desenvolvimento experimental no ensino superior, a sua integração num plano nacional de fomento de I&D em Portugal e enuncia recomendações para o IV Plano de Fomento. Este documento vem na sequência dos estudos

O meu posicionamento ao longo dos tempos na política e na ciência foi determinado por uma matriz anglo-saxónica.

desenvolvimentos pela equipa-piloto da OCDE, cujos trabalhos tinham sido iniciados em 1965 e concluídos em 1968, mas cujas conclusões só foram aprovadas e começadas a implantar a partir de 1970.

Por sua vez, os resultados de inquéritos levados a cabo pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) constituem outra fonte de informação importante para a elaboração do IV Plano de Fomento, merecendo ainda destaque o artigo de Alberto Ralha publicado na *Revista RUMO*, em Janeiro de 1970, sobre a importância do projecto das equipas-piloto da OCDE para a política científica e níveis de decisão. Sob a égide da JNICT realizaram-se, ainda, estudos prospectivos promovidos pela Comissão Europeia e para os quais Portugal tinha sido convidado a aderir, com ênfase na poluição, metalurgia, novos meios de transporte, informática, telecomunicações, meteorologia e oceanografia.

Este percurso embrionário veio a ser abandonado na segunda metade dos anos 70, numa amálgama de utopias, incompreensões e voluntarismos. No entanto, o amor pelo saber esteve sempre presente nas universidades portuguesas.

A estadia em Inglaterra modificou-o? Se sim, em quê?

A estadia em Inglaterra teve uma influência muito relevante no meu modo de pensar e de agir. Alguns analistas políticos referem mesmo que o meu posicionamento ao longo dos tempos na política e na ciência foi determinado por uma matriz anglo-saxónica. Marcelo Rebelo de Sousa, ao escrever a fotobiografia de seu pai, o ministro Baltazar Rebelo de Sousa, considera-me “viajante” e “lido embora com matriz quase exclusivamente anglo-saxónica”.

É certo que, os três anos e meio que vivi em Inglaterra para além da experiência vivida numa Universidade como a de Cambridge, onde convivia a tradição com a vanguarda de pensamento, permitiram-me compreender o significado de viver numa sociedade democrática e as dificuldades em a construir. A Educação estava na base dessa construção, através de uma democratização do ensino e pelo ensino. A sociedade inglesa com valores de relacionamento humano *sui-generis*, cultivava o humor e o confronto de ideias; a liberdade e a responsabilidade. Tive uma experiência inesquecível: a que vivi, ao beneficiar do sistema nacional de saúde, aquando do nascimento da minha primeira filha, Luísa. Por outro lado as amizades construídas na partilha de ideias em trabalhos de investigação sem horas e na transmissão livre de conhecimentos, marcaram-me para a vida. Foi-me, ainda, particularmente enriquecedor o privilégio de conviver intimamente com diversas famílias fora da Universidade. No meu primeiro ano, ainda solteiro, vivi em casa de um padre metodista de rara cultura e o primeiro Natal em Cambridge permanece inesquecível, ao ser convidado para casa de Otto Frisch, um dos primeiros cientistas da fissão



Inauguração dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique (1963) com o almirante Sarmento Rodrigues. *Cortesia J. Veiga Simão*

nuclear e com quem aprendi o significado de Ciência indomável e da Tecnologia domesticável. E como o compreendi pela sua alegria e amargura em relação à bomba atômica e pela seu arreigado amor à família, exilado da sua Pátria. Nos outros dois anos e meio que vivi em Inglaterra com a Madalena, já casado, contactámos intimamente com famílias polacas, vítimas das bárbaras invasões dos alemães e dos soviéticos. Foram preciosas as lições que me transmitiram e contribuíram para ter sempre presente uma perspectiva da relação complexa entre a utopia e a realidade. Dessa minha estadia surgiu uma crença: “Uma Nação que não valoriza a inteligência está perdida”. Palavras de Whitehead, proferidas em 1916, um matemático e filósofo.

Parte II – Lourenço Marques

Assumi as funções de reitor da Universidade da então Lourenço Marques em 1963, cargo que exerceu até 1970. Que objectivos tinha para essa Universidade?

O livro “Da Universidade” da minha autoria publicado em 1970 pela Universidade de Lourenço Marques explicita os objectivos a que me propus, partilhados com uma equipa de eleição, que comigo colaborou. A fundação de uma universidade nova exigia definir a sua missão, as suas funções e um modelo orgânico próprio, que distinguisse a Universidade de Lourenço Marques.

A sua criação foi uma experiência inesquecível, em que, muito cedo, se confrontaram as ideias de um *status quo*

Foi o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar (...) que tomou a decisão da conclusão dos cursos, depois de ouvir os meus argumentos.

conservador, que pretendeu *ab initio*, reduzir a instituição universitária ao ministério dos primeiros anos de cursos (os chamados preparatórios) e as ideias de progresso, associadas a uma universidade de corpo inteiro, sustentada no dever do Estado português em formar moçambicanos qualificados de todas as origens, como base de futuro de um território pleno de potencialidades e oportunidades. A questão chave residia, porém, no facto de a Universidade poder ser ou não motor de uma independência do território, mas a resposta era tão só a de que a existência da Universidade era inquestionável e, por outro lado, antes a independência com Portugal do que a independência contra Portugal. E nesse quadro eu dizia que a Universidade deveria ter sido criada dez anos antes.

Não é possível relatar nesta entrevista todas as vicissitudes na evolução de Estudos Gerais Universitários para Universidade, mas por amor à verdade devo afirmar que foi o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, inicialmente defensor dos anos preparatórios, que tomou a decisão da conclusão dos cursos, depois de ouvir os meus argumentos. E tomou essa decisão apesar das pressões da maioria dos seus conselheiros e colaboradores.

No que diz respeito às funções e ao modelo orgânico de Universidade permito-me resumir algumas traves mestras, referidas no livro citado:

- Uma instituição universal, inserida na lusofonia, com características próprias consciente da sua situação em África, em Moçambique, onde o português era a língua de união das várias etnias, com riquezas culturais próprias; um território numa situação geográfica privilegiada e com valiosos recursos universais, agrícolas, energéticos e geoestratégicos;

- Uma Universidade onde se cultivasse a independência de pensamento, com a ambição de participar, em áreas seleccionadas na vanguarda do conhecimento;

- Uma Universidade em que a prioridade das prioridades foi proporcionar doutoramentos a jovens, nos melhores centros universitários da Europa e dos Estados Unidos (em sete anos doutoraram-se nas suas áreas do conhecimento mais jovens do que em dezenas de anos nas universidades portuguesas); uma Universidade em que os equipamentos científicos e bibliográficos, foram programados e seleccionados com apoio de peritos nacionais e estrangeiros, o que permitiu a existência de Laboratórios, Oficinas e Bibliotecas modernos e de rara qualidade; um ensino quase tutorial possibilitado pelo número de alunos (cerca de dois mil em 1970) e pela dedicação exclusiva ao ensino e investigação

da maioria dos professores.

A Universidade, inicialmente funcionando em instalações provisórias, grande parte eram pavilhões construídos para esse fim, dispunha de condições de trabalho excepcionais. Em paralelo, a cidade universitária iniciou a sua construção em 1968 e obedeceu a um plano ambicioso, com terrenos localizados em Sommerschield. De início eram sessenta hectares sobre a Baía de Lourenço Marques, os quais podiam ser expandidos para cem hectares; o planeamento da cidade universitária traçado com a Pró Fabril e assessorado por professores nacionais e estrangeiros, com financiamento já assegurado por dez anos, era modelar;

- Uma Universidade na linha da frente a reivindicar uma Reforma profunda do ensino superior em Portugal, que pugnava por estruturas diversificadas e por uma governação flexível e participada. No quadro da autonomia que reivindicava iniciou a experiência de participação dos alunos nos seus órgãos, sob a responsabilidade do Reitor e do Senado. Em discurso proferido numa abertura solene tive ocasião de afirmar: “O sistema atingiu o ponto de fractura e antes que esta provoque a sua desagregação há que remodelá-lo com urgência”;

- Uma Universidade que associava, de facto, o ensino à investigação científica e que fazia das suas relações com a comunidade um pilar essencial do seu desempenho. As criações do Centro de Estudos Humanísticos e do Círculo Universitário, com governações em partilha com a sociedade civil eram já um êxito assinalado;

- Uma Universidade que incentivou a criação da Associação Académica de Moçambique com órgãos livremente eleitos e criou condições para ouvir a voz dos seus estudantes.

Após sete anos, na abertura das aulas no ano escolar 1969-1970, afirmei: “A Universidade é o meu navio; se alguns dos seus tripulantes sentem a nostalgia do passado e apreensões pelo futuro, isso não impede que o navio cumpra a missão que sonhamos. Tem rota para a fama, e, mesmo sem o inicial comandante, já não se desvia do bom rumo.”

Era muito jovem, relativamente à idade média com que se costuma chegar a esse cargo de gestão universitária, mesmo nos nossos dias. A idade foi uma vantagem ou uma dificuldade?

Nunca senti tal dilema. Aos 31 anos, no início de 1961, era professor catedrático com a plena consciência de que não o era apenas por mérito, mas também pelas circunstâncias da existência de vagas de professor extraordinário e de professores catedrático para preencher. Porém, os lugares foram por mim conquistados em concursos públicos, onde fui aprovado em mérito absoluto e mérito relativo, em relação a outros concorrentes.

O curso de Verão, que a Universidade de Coimbra



Abertura solene do ano académico 2002, na Universidade Eduardo Mondlane. Cortesia J. Veiga Simão

protagonizou em Angola e Moçambique em 1961, deu-me a conhecer espaços africanos com dimensões humanas e material, até então desconhecidas.

Aceitei ser Reitor como um serviço prestado à minha Universidade, a Universidade de Coimbra. Assim me solicitou o então Reitor, Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz. Fui convidado pelo Prof. Dr. Adriano Moreira. A minha ambição era, porém, a de corresponder a um convite para integrar no MIT uma equipa de investigação. Aceitei a missão de Reitor como um dever. Ora, desde o início senti que era decisivo para o meu desempenho do cargo colher ensinamentos na experiência de professores nacionais e estrangeiros de reconhecido prestígio e, simultaneamente, apostar na juventude, proporcionando-lhe doutoramentos nas melhores universidades europeias e americanas. Foi uma aposta de sucesso em que os meios financeiros do Estado e da Província de Moçambique foram complementados com significativos apoios de fundações e outras organizações nacionais e internacionais, incluindo a sociedade civil moçambicana, com realce para a comunidade empresarial e cultural.

Fazendo um balanço posso dizer que a minha juventude permitiu-me correr todos os perigos necessários, na defesa intransigente das minhas ideias e dos meus colaboradores, em prol de uma autêntica Universidade. E assim vivi uma experiência que qualifiquei como *digna de ser vivida em oceanos de angústia e de esperança*.

Foi possível incentivar o desenvolvimento da Física naquela colónia?

Nos três anos iniciais do funcionamento da Universidade as disciplinas de Física estavam integradas nos cursos de Engenharia e de Medicina. Mais tarde foi criada a licenciatura em Física.

Com esta génese, o binómio ensino-investigação científica que esteve sempre presente, mas foi dada prioridade às

A equipa de doutores em Física (...) dispunha de equipamentos científicos nos laboratórios e nos centros de investigação que eram excepção no universo do ensino universitário no nosso País.

aplicações da Física relacionadas com o desenvolvimento do território e a saúde das populações. A equipa de doutores em Física que foi constituída ao longo de sete anos (uma dezena de doutores nos melhores centros da Europa e dos EUA) e continuada até à independência em 1975 dispunha de equipamentos científicos nos laboratórios e nos centros de investigação que eram excepção no universo do ensino universitário no nosso País. A investigação em ciência dos materiais, em física nuclear, em energia, em instrumentação científica, em controlo da qualidade e no domínio dos Radioisótopos situavam-se na vanguarda do conhecimento. Moçambique era, além do mais, um magnífico campo experimental.

Registe-se que dispúnhamos dos mais modernos equipamentos de análise experimental e beneficiávamos da existência de um acelerador Van-de-Graaff. E assim, realizávamos projectos de investigação em cooperação com a Universidade de Witwatersrand, com a qual mantínhamos ligações da maior proximidade. Beneficiávamos do apoio de vários doutores e em particular do Prof. Sellschop, meu companheiro no Cavendish.

Como avalia o impacto da sua acção como Reitor, quer na então colónia, quer para Portugal?

Tenho dificuldade em fazer qualquer avaliação, quer em Portugal, quer em Moçambique. Ela tem sido e será feita pelos homens e mulheres que ensinaram, frequentaram, colaboraram e beneficiaram da Universidade de Lourenço Marques. Os testemunhos que possuo são consoladores pela sua autenticidade. Permito-me referir a enorme ale-

gria que senti com as homenagens que me foram prestadas em 1992 e 2002 na Universidade Eduardo Mondlane com a presença do Presidente da República, Joaquim Chissano. E também o facto de em 2002 ter sido eleito sócio honorário número um da Associação Académica de Moçambique. A mensagem que recebi de outros sectores da sociedade moçambicana e, em particular, dos funcionários da Universidade foi extremamente gratificante.

Deixo, no entanto, outra nota de que muito me orgulho. Em 1992 entreguei ao Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, um antigo aluno da Universidade de Lourenço Marques, o Prof. Narciso de Matos, uma declaração para o fortalecimento da cooperação das Universidades portuguesas assinada pelo Reitor e dois Vice-Reitores da Universidade do Minho, Reitor da Universidade do Porto, Reitor e Vice-Reitor da Universidade de Aveiro, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Reitores da Universidade Nova de Lisboa, Évora, Algarve e Macau. Ora bem: todos eles pertenceram a equipas fundadoras da Universidade de Lourenço Marques, as que eu considero como minhas equipas. Com o apoio da Fundação Gulbenkian essas Universidades levaram a cabo um programa de cooperação, significativo em dimensão financeira e humana.

Em síntese o sucesso da Universidade de Lourenço Marques, a obra da minha vida, só foi possível pelas equipas de eleição que ela criou. Esse é o meu maior orgulho.